

Chefe de Serviço do Serviço de Contencioso da Direção Jurídica do INGA — de 2001 a 2003 Coordenadora do Núcleo de Contraordenações do Serviço de Contencioso da Direção Jurídica do INGA de fevereiro a outubro de 2001

Chefe de Serviço do Serviço de Contencioso da Direção Jurídica do INGA, de maio de 1999 a abril de 2000.

Consultora Jurídica integrada na Divisão Jurídica do INGA de 1994 a abril 1999, e de maio de 2000 a novembro de 2001.

Participação, em representação do IFAP, I. P. em reuniões com outros organismos da administração pública e tutela, no âmbito de processos e matérias legislativas e de contencioso.

Participação, em representação do IFADAP/INGA e IFAP,IP, em missões /auditorias, referentes a recuperações de apoios indevidamente recebidos, fraudes e irregularidades, nas matérias de contencioso associadas. Exercício da atividade de Técnica de Formação Profissional.

207656497

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.

Despacho n.º 3750/2014

Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e seguintes do artigo 33.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de abril e n.º 64/2011, de 22 de dezembro, designo como minha secretária, a assistente técnica do mapa de pessoal do INIAV, I. P., Graciosa Maria Riscado da Silva Antunes, com efeitos a 2 de janeiro de 2014.

Pelo exercício de funções de secretariado desempenhadas, a trabalhadora terá direito ao suplemento remuneratório calculado nos termos do n.º 5 do artigo 33.º do Estatuto do Pessoal Dirigente.

3 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Canada*.

207657833

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Despacho n.º 3751/2014

Faz-se público que o procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira de assistente técnico, do mapa de pessoal do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P., publicado através no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 203, de 21 de outubro de 2013, aviso n.º 12826/2013, recebeu três candidaturas que foram excluídas, por os candidatos não serem detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, devendo assim concluir-se que o referido concurso ficou deserto.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jorge Miguel Alberto de Miranda*.

207663657

Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.

Aviso n.º 3415/2014

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, na redação atual, torna-se público que, por meu despacho de 18 de fevereiro de 2014, e na sequência de procedimento concursal para reservas de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico da área de património e venda ao público de produtos do setor vitivinícola, do mapa de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P., aberto pelo Aviso n.º 6050/2013, publicado no *Diário da República* n.º 89, 2.ª série, de 9 de maio de 2013 e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de fevereiro de 2014, com Tiago Ramos Lucas Tomás Pinto, ficando posicionado entre a 1.ª e 2.ª posição remuneratória da carreira de assistente técnico e entre o 5.º e 7.º nível remuneratório da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, sujeito a período experimental de 120 dias, correspondente à duração determinada

pelo disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009 e regulamento de extensão n.º 1-A/2010.

18 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Frederico Sousa Cid de Sousa Falcão*.

207661323

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3752/2014

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) realizou procedimento concursal para o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P., publicado pelo Aviso (extrato) n.º 11901/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 24 de setembro, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, previstas nos artigos 18.º e 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicáveis por força do n.º 4 do artigo 19.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, posteriormente alterada pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho e pelas Leis n.ºs 24/2012, de 9 de julho e 66-B/2012, de 31 de dezembro;

Considerando que, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 19.º da citada Lei n.º 2/2004, o júri do mencionado procedimento concursal apresentou proposta indicando três candidatos, entre os quais o Professor Doutor José Maria Mendes Ribeiro de Freitas Albuquerque.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 19.º, dos artigos 20.º e 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, posteriormente alterada pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho e pelas Leis n.ºs 24/2012, de 9 de julho e 66-B/2012, de 31 de dezembro, determino o seguinte:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, o Professor Doutor José Maria Mendes Ribeiro de Freitas Albuquerque, para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P., cujo currículo académico e profissional consta da nota curricular publicada em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 3 de março de 2014.

4 de março de 2014. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

Nota curricular

Nome — José Maria Mendes Ribeiro de Freitas Albuquerque.

Formação académica:

Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde, AESE Business School, 2011 (Lisboa, Portugal);

Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais pela Lehigh University, PA (EUA), 1998;

Equivalência do grau concedida pela Universidade Técnica de Lisboa, 1998;

Licenciado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais no Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 1991.

Experiência profissional:

Investigador coordenador integrado no Centro de Estudos de Sociologia, CESNOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, desde 2011;

Assessor da Direção de Investigação e Desenvolvimento, Instituto de Soldadura e Qualidade, Taguspark, Oeiras, 2006, 2010-2013;

Membro do comité de governação da plataforma tecnológica *European Technology Platform on Advanced Engineering Materials and Technologies* (EuMat) 2010-2013;

Vogal do Colégio Regional de Engenharia de Materiais da Ordem dos Engenheiros, eleito para o triénio 2010-2013 e novamente 2013-2016.

Alto Comissário-adjunto da Saúde, Alto Comissariado da Saúde, Ministério da Saúde (MS) 2007-2010. Responsável pelo Gabinete de Informação e Prospectiva. Membro Permanente da Comissão de Acom-